

Escravidão e sociedade em Goianinha setecentista: famílias e imigrações

DAYANE JULIA CARVALHO DIAS*

A inquietação para a realização desta pesquisa foi impulsionada a partir da necessidade de pesquisas sobre a História do Rio Grande do Norte, especificamente sobre a escravidão de origem africana. No caso do referido trabalho, serão analisados a escravidão e a sociedade setecentista em Goianinha. Focar-se-á nos aspectos referentes à formação de famílias escravas, a economia pecuarista e a questão da possível imigração de origem europeia. Como fonte de estudo serão analisados 50 inventários *post-mortem* transcritos e publicados pelo escritor Hélio Galvão na Revista Bando em 1951 e no Instituto Histórico e Geográfico em 1954, em um período histórico que vai do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX (1705-1829).

Existem variadas informações que podem se obter nos inventários, no qual geralmente são divididos em três partes distintas, como analisa Pedro Ribeiro¹: “A primeira, na qual constam os dados pessoais do inventariado, a segunda onde é possível averiguar a listagens de bens e por fim a terceira e última parte, na qual se pode perceber a partilha entre os herdeiros” (RIBEIRO, 2012:34). No caso, deste trabalho focar-se-á na primeira e segunda parte no sentido de compreender o patrimônio das famílias de Goianinha.

Na primeira parte do artigo, busca-se a partir da análise desses inventários, discutir sobre a designação de procedência dos inventariados, com o objetivo de identificar a presença de imigrantes. Tanto discutido por Eulália Barros (2007) e Maria Simonetti Gadêlha Grilo (1998), que escreveram, além de outros aspectos, a importância dos imigrantes para a formação da sociedade goianiense.

* Graduanda em História – UFRN

Na segunda parte, onde se é possível identificar a listagem dos bens, será analisado vestígios da economia pecuarista, a fim de perceber sua relevância para a referida região. Uma vez que, a presença de poucos escravos e a listagem de peças que indicam a produção pecuarista. Submetem a pensar que a economia pecuarista e a agricultura de subsistência predominavam em relação à produção de açúcar, tanto discutido pelos historiadores como principal fonte de renda do litoral das Capitanias do Norte durante o período colonial.

Além disso, analisar a totalidade de escravos existentes da região, a fim de perceber, o número de homens e de mulheres e a existência de famílias escravas, assim como a relação da mão de obra escrava com a economia pecuarista. Então, divididos nesses três passos, passar-se-á a análise dos inventários.

Escravidão na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres

A partir das transcrições dos inventários do século XVIII e das primeiras décadas do XIX (1705-1829), como já foi referido, objetivou-se perceber o total de escravos existentes na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, assim como a relação da mão de obra escrava com a economia da época.

Ao todo são 50 inventários analisados, sendo que segundo a análise dessas fontes realizada por Aldinízia de Medeiros Souza (2013), apenas 39 continham escravos. Antes de iniciar a discussão sobre escravidão, é imprescindível informar sobre a situação político-administrativa da referida freguesia.

Assim, segundo Aldinízia de Medeiros Souza (2013), em seu trabalho *“Liberdades possíveis: escravidão e alforria no termo da vila de Arêz (séculos XVIII e XIX)*, relata que a povoação de Goianinha tornou-se pertencente ao termo da vila de Arêz, devido a maior necessidade de controle sobre as localidades dos antigos aldeamentos indígenas. A freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, segundo Cascudo

(1955), existente desde 1746, estava subordinada o ponto de vista administrativo à vila de Arês. Razão pela qual, os inventários *post-mortem* aqui trabalhados terem sido atuados na vila de Arês. Mas isso não quer dizer que Goianinha era menos importante que Arês, esse aspecto será discutido mais adiante.

Um quadro elaborado por Aldinízia de Medeiros Souza (2013) com os mesmos documentos revela o número de escravos e divisão entre homens, mulheres e crianças:

Quadro 1

População escrava nos inventários *post mortem* – 1705-1829

PERÍODO	HOMENS	%	MULHERES	%	CRIANÇAS (0-12)	%	TOTAL
1705-1760	19	23,17	28	35,44	18	20,93	65
1761-1829	63	76,83	51	64,56	68	79,07	182
TOTAL	82	100	79	100	86	100	247

Fonte: inventários *post mortem*. GALVÃO, Helio Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121. Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX,LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

Pode-se afirmar que essa proximidade entre o número de homens e mulheres era comum em áreas de criação de gado, esse aspecto será discutido logo mais adiante. Além disso, o alto número de crianças revela a existência de famílias escravas.

Segundo, Sheila de Castro Faria (1998), a decisão dos proprietários em permitirem o casamento entre escravos, justifica pelo ganho de mão de obra pela natalidade que estes proprietários iram adquirir com o passar do tempo, é uma forma garantida de que sua mão de obra irá ser renovada. Porém, é claro que cada caso é um caso. Em regiões mais próximas do porto de vendas de escravos, a formação de famílias não era incentivada pelos senhores, pois os escravos podiam ser comprados, vendidos e trocados mais facilmente.

Diferente das regiões mais afastadas do litoral, onde o fluxo do tráfico não era constante, os senhores permitiam a formação de famílias, que além de garantir um controle social, ainda poderia somar em relação à mão de obra pela natalidade.

De acordo com a análise dos inventários, a relação entre o número de escravos equilibrados e a presença da economia pecuarista, indica que esta era a predominante na região. Uma vez que como afirma Aldinizia de Medeiros Souza (2013): “Nas atividades de agroexportação era mais comum o desequilíbrio de sexo.” (SOUZA, 2013: 39). Neste sentido, como as fontes não demonstram desequilíbrio de sexo sugere que as atividades se baseavam na pecuária.

A economia pecuarista como predominante na região

O Rio Grande do Norte era caracterizado como uma região predominantemente pecuarista e, portanto, não havia necessidade de haver um grande número de escravos. Essa visão surge a partir dos escritos durante a construção da história do Rio Grande do Norte na década de 1950, sobretudo, por Luís da Câmara Cascudo (1998). Este não faz referência à presença de famílias escravas no Rio Grande do Norte. Somente afirma que: “o negro foi-nos uma constante, mas não um determinante econômico e as atividades econômicas se resumiam na criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão, era desnecessária grande cópia de escravos” (CASCUDO, 1998: 44).

Com o estudo dos 50 inventários, será possível a análise a partir da divisão entre os períodos históricos retratados. Os dados podem ser visualizados no quadro abaixo:

Quadro 2

Animais presentes nos inventários post-mortem

ANIMAIS	PERÍODO	PERÍODO	TOTAL
	1705-1760	1761-1829	
VACAS	571	478	1.049
NOVILHAS	97	13	110
NOVILHOS	15	65	80
GARROTES	147	73	220
GARROTAS	134	85	219

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

BEZERROS	142	79	221
BEZERRAS	99	79	178
BESTAS	67	10	77
POLDRAS	59	28	87
POLDRINHAS	53	09	62
POLDRINHOS	56	12	68
CAVALOS	64	24	88
ÉGUA	75	100	175
BOIS	28	59	87
NOVILHOTES		21	21
TOTAL GERAL	1.673	1.135	2.808

Fonte: inventários *post mortem*. GALVÃO, Hélio Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121. Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX,LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

O número de animais de 1705 a 1760 é de 1.673, com 22 inventários analisados. Entre o período de 1761 a 1829 é de 1.135, com 27 inventários analisados. Esses dados indicam que mesmo com mais inventários do segundo período, o número de animais diminuíram. Porém, no segundo período de 581 animais pertenciam apenas a uma pessoa, que seria o inventariado Bernardo Guedes da Fonseca, no ano de 1819. Apesar de ser o inventário mais rico, com o maior número de animais, em seu conteúdo consta que “era uma fortuna extradionária mas a morte do marido, uma sêca prolongada, uma mudança de Goianinha para Extremoz, um nôvo casamento, tudo isto terminou por arruinar o matrimônio” (BANDO, 1951:119).

Nota-se a referência à seca prolongada que certamente afetou a produção pecuarista da região. Talvez essa seja a razão de que no período de 1760 a 1829 o número de animais tenha caído bastante, a não ser o do caso já referido do inventário de Bernardo Guedes da Fonseca.

No entanto, o total de 2.808 animais no período de 1705 a 1829, não sugere grande importância da produção pecuarista. Pois, relativamente é um número pequeno,

se comparado ao número de animais contido no inventário de Dona Antônia do Espírito Santo, mãe de André de Albuquerque Maranhão, do engenho Cunhaú, no qual, pela análise de Pedro Ribeiro (2012), continha um total de 4.693 animais em suas propriedades em 1823.

Mas ainda assim, Goianinha é considerada por Aires de Casal (1817) como uma povoação importante, até como maior que a sede do termo, no caso, Arez. Como Aldinízia Souza (2013) afirma:

Em correspondência ao ministro da justiça no ano de 1828, o Presidente do Rio Grande do Norte, alega que não era oportuno estabelecer novas divisões para evitar situações como a de Goianinha que estando entre duas vilas de Arez e Flor, que só pelos alvarás de suas criações gozam estes nomes de hua das maiores povoações desta Província e em detrimento de seus habitantes tem a recorrer a Villa de Arez, que he hum deserto (SOUZA, 2013: 64).

Como se percebe, Goianinha é descrita como uma das maiores povoações da Província. Isto quer dizer que era mais desenvolvida economicamente e socialmente, em relação às outras da região. Era subordinada a Arês somente juridicamente. Como já foi discutido, Goianinha tornou-se termo da vila de Arês, devido às estratégias de controle das missões lá estabelecidas.

Ao analisar-se o inventário de Félix Ferreira da Silva do ano de 1782, percebe-se a quantidade de animais e terras, sendo um importante comerciante de animais e possuidor de vastas terras. Em seu inventário aparecem 400 animais *vacuns* (vacas, novilhas, bezerros, bois, novilhos, etc), no valor de 1.403\$800. 61 animais *cavalares* (cavalos, besta, poldros, poldras), no valor de 400\$500 e 6 animais *cabrums* (cabras e ovelhas), no valor de 1\$120. As suas terras eram distribuídas entre os sítios Pajussara, Sussuatã, Inharé, Pituaçu, todos na ribeira do Trairí e uma morada de casa na povoação de Goianinha.

467 animais, *vacum*, *cavalari* e *cabrum* é um número muito alto para apenas um proprietário de terras. Isto indica que a pecuária era uma economia relevante na época, mas poucos controlavam essa economia. Félix Ferreira da Silva é um exemplo registrado em fontes dessa dinâmica, assim como o rico inventário de Bernardo Guedes da Fonseca, do ano de 1819. Existe uma série de proposições a serem discutidas. A própria economia pecuarista indica a presença de família escrava, conforme Sheila de Castro Faria (1998), na qual ressalta que a atividade pecuarista induz a fixação de famílias escravas, uma vez que não requer grande quantidade de mão de obra, já que:

Deveria ser uma atividade bastante solitária e, por isso, propensa a fugas. A solução encontrada transparece no documento: deixar famílias nos currais. Criar gado requeria, ao se utilizar mão-de-obra escrava, organização familiar do trabalho, que servia, assim, como a possibilidade de plantio de roças, de estratégia satisfatória para a coação do trabalho (FARIA, 1998: 328).

A pecuária era uma atividade que possibilitava aos escravos a constituição de plantios de roças, o que geraria uma certa autonomia para o escravos que constituíssem famílias. No inventário de Félix Ferreira da Silva consta a existência de 16 escravos, não fica claro se existiam famílias escravas constituídas, pois esse número de escravos é bastante baixo, se comparado à quantidade de animais e terras. 11 são do sexo masculino e 06 são do sexo feminino. Entre eles, há apenas 04 crianças.

A seguir, analisar-se-á a presença de possíveis imigrantes na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no século XVIII e início do XIX. Com o objetivo de comparar como que é defendido pela historiografia local, sobre a existência e importância dos imigrantes na vida social e econômica da freguesia com a análise das fontes (os inventários *post-mortem*).

Imigrantes na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres?

Eulália Barros (2007)² e Maria Simonetti Gadêlha (1998)³ publicaram cada uma um livro sobre a história de Goianinha, desde o período colonial até a república. O que se abordará neste trabalho é o tratamento dado por essas autoras aos possíveis imigrantes que chegaram a Goianinha. As autoras tem em comum o fato de estabelecerem alguns nomes e os colocam como patriarcas das principais famílias que originaram a atual cidade. Inclusive, as próprias autoras seriam descendentes dessas famílias, razão pela qual suas obras contêm aspectos autobiográficos e direcionam suas obras para a construção de um passado glorioso.

Maria Simonetti Gadelha Grilo (1998), não era historiadora, portanto, sua narrativa era típica da primeira metade do século XX. Preocupada em formar identidades, escreveu esse livro focando as principais famílias que deram origem a cidade e tornaram-se os grupos dirigentes da vida política, social e econômica na época, descendentes de portugueses e italianos. Os imigrantes seriam:

Os primeiros imigrantes que lá chegaram foram os portugueses: Francisco Lopes Galvão, Diogo Marques Revoredo e Félix Ferreira da Silva, que são os troncos de importantes famílias da terra. Destaca-se o primeiro, que tomou a iniciativa de construir a capela; cristão convicto. O segundo, residiu algum tempo em Goianinha, depois retirou-se para Tamatanduba, sua extensa propriedade em Vila Flor, ficando seu filho Bento Freire como patriarca ali, de numerosa descendência. E Félix Ferreira, agricultor e criador de gado, foi o precursor do comércio de animais com o Piauí. Diogo marques casou com Inácia Carneiro (GRILO, 1998:48).

Eulália Duarte Barros (2007), em sua escrita, apesar de ter tons mais literários, de uma forma ou de outra também aborda uma história de Goianinha voltada para a história das elites, silenciando a participação de outros setores da sociedade.

²Autora do livro :*Verdes Campos, Verdes Vales*/ Eulália Barros. Natal/RN: [s.n.], 2004.

³Autora do livro: *Goianinha no contexto histórico da Província*. Rio Grande do Norte: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

Com posse dos 50 inventários do período de 1705 a 1829, analisar-se-á a designação de procedência dos inventariados, a fim de comparar com a visão das ditas autoras, se Goianinha havia de fato sido colonizada pelos imigrantes ou por pessoas vindas de outras capitanias, além de escravos, indígenas e mestiços.

Infelizmente, a maioria dos inventários não trazem informações diretas sobre a designação de procedência dos inventariados. Porém, é nítido ao analisar as terras que a maioria são naturais da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e não vindos do exterior. No quadro abaixo foram citados apenas os inventários que constavam informações diretas dos locais de origem dos inventariados.

Quadro 3

Designação de procedência dos inventariados

INV. 2	Pernambuco	INV. 13	Paraíba
INV. 4	Goianinha	INV. 16	Arês
INV. 5	Arês	INV. 18	Arês
INV. 6	Goianinha	INV. 19	Portugal
INV. 9	Arês	INV. 23	Paraíba
INV. 10	Goianinha	INV. 28	Goianinha
INV. 11	Goianinha	INV. 30	Goianinha
INV. 12	Pernambuco	INV. 38	Goianinha

Fonte: inventários *post mortem*. GALVÃO, Helio Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121. Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

Como se percebe, apenas um inventário se refere a um imigrante, que seria o Capitão-mor Félix Ferreira da Silva, do ano de 1718. Consta ser natural da freguesia de Santo Izidoro da Real Vila de Mafra, Patriarcado de Lisboa (BANDO, 1951:93). Assim, as fontes contrapõem o argumento das autoras.

Ademais, consta a existência de um inventário do ano de 1718 da Cidade de Olinda da freguesia de Sam Pedro Martyr. Um do ano de 1781, da freguesia de São Lourenço de Tejucupapo. E, dois da freguesia da Paraíba, um do ano de 1783 e o outro de 1792. Os demais são da região de Goianinha e Arez.

Não se pode levar esses inventários como relativização da verdade, como toda fonte histórica contém variadas interpretações e representam apenas uma parcela mínima da população da época. É importante destacar que as pessoas que faziam inventários eram ricas, com posses a serem deixados para os seus herdeiros, daí a necessidade de inventariar os bens. Assim, como afirma Sheila Faria de Castro (1998):

Levando em conta que inventários eram feitos para os que tinham bens a deixar, e que sua análise se refere, portanto, aos relativamente mais ricos, a relação entre casamento (e casamento legal) e riqueza é evidente. (FARIA, 1998, P. 155).

Porém, apesar de poucos, essa minoria fornece interpretações históricas que permitem afirmar que a sociedade goianiense, não foi formada apenas a partir da chegada de imigrantes e sim com a mistura de povos vindos de outras capitanias, como a Paraíba e Pernambuco. Além, dos mestiços e índios que certamente já existiam na região e dos escravos africanos e crioulos nascidos no Brasil.

Talvez, os imigrantes retratados pelas autoras tenham sido importantes figuras da época, tal como o capitão Félix Ferreira da Silva, ou talvez nem todos tenham

constituído fortunas. Porém, não se pode generalizá-los como argumentação de um passado glorioso. Pois é perceptível o fato de que Goianinha não foi colonizada apenas por imigrantes.

Considerações finais

Desta maneira, pode-se concluir afirmando que na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres em Goianinha, no século XVIII a presença de escravos africanos e nascidos no Brasil, com possibilidades de famílias constituídas faz-se presente.

A economia pecuarista se afirmou como predominante na região, devido à quantidade de animais encontrados nos inventários e a quase inexistência de objetos que indicassem a presença da economia açucareira.

Os imigrantes se fizeram presentes na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, mas a sua constatação nas fontes eram também quase inexistentes. Goianinha, fora povoada além dos imigrantes, principalmente por pessoas de outras capitanias adjacentes como Pernambuco e Paraíba, assim como pelos índios, mestiços e escravos.

Muitas indagações ainda não foram respondidas, porém o fato é que nem tudo que se processou na época está registrado em fontes, o número de escravos talvez tivesse sido bem maior, assim como não consta o inventário de todos os senhores do século XVIII. Enfim, muita pesquisa ainda há de ser feita.

Referências bibliográficas

- BARROS, Eulália. *Verdes Campos, Verdes Vales*/ Eulália Barros. Natal/RN: [s.n.], 2004
CASCUDO, Luís da C. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: MEC, 1998.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FARIA, Sheila de Castro. Viver escravo. In: *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: nova Fronteira. 1998. P. 289-354.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. In: *O negro na vida sexual e de família do brasileiro*.

GALVÃO, Hélio. Velhas heranças. *Revista Bando*. Natal, v. II, n. 1, p. 10-121, ago./set. 1951.

GRILO, Maria Simonetti Gadêlha. *Goianinha no contexto histórico da Província*. Rio Grande do Norte: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

SOUZA, Aldinízia de Medeiros. Liberdades possíveis: *Escravidão e alforria no Termo da vila de Arez* (séculos XVIII e XIX). Natal, 2013.

RIBEIRO, Pedro Henrique Mendes. Escravos e sua senhora: *Estudo dos cativos da família Albuquerque Maranhão (1823)*. Natal, 2012.

Fonte:

GALVÃO, Helio Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121. Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.